

RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.935 - MS (2019/0201050-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : LIGIA CADETE DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO DOS REIS SILVEIRA - SP170776
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO RECURSAL. MATÉRIA PENAL. PRAZO CONTÍNUO DO ART. 798 DO CPP. INAPLICABILIDADE DO ART. 219, *CAPUT*, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por LÍGIA CADETE DA SILVA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 883):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 1.021, § 1º, DO CPC E 253 DO RISTJ. SÚMULA 182/STJ. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. A ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão combatida atrai a incidência do disposto nos arts. 1.021, § 1º, do CPC e 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182/STJ, por analogia.

2. Agravo regimental não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, conforme a seguinte ementa (fl. 929):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.

2. Existindo fundamentação no sentido de que a ausência de impugnação específica ao fundamento da decisão combatida atrai a incidência dos arts 1.021, § 1º, do CPC e da Súmula 182 desta Corte, não se prestam os embargos de declaração para a rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.

3. Embargos de declaração rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 940/993), sustenta o recorrente que há repercussão geral na questão tratada e vulneração do princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, inciso XLVI, CF), da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF), do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF) e presunção de inocência (art. 5º, LXVIII, CF).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 997/1.011.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Consoante certificado à fl. 934, verifica-se que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 21/02/2020 (sexta-feira).

A contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 26/02/2020 (24 e 25 de fevereiro foram feriados de carnaval - segunda e terça) e encerrou-se em 11/03/2020.

O recurso extraordinário somente foi protocolado em 13/03/2020 (fl. 940), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Note-se que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente expressado o entendimento de que não se aplica o art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil no âmbito penal, diante da ausência de omissão no sistema processual penal a respeito da contagem dos prazos, à vista do disposto no art. 798 do Código de Processo Penal. A contagem é em dias corridos e não somente em dias úteis.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTEMPESTIVO. CONTAGEM DE PRAZO (ART. 798, CPP). RELATÓRIO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO E DE SUBSTABELECER NÃO COMPROVADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL firmou entendimento no sentido de que a contagem do prazo processual penal é disciplinado por norma específica que dispõe sobre a matéria, no caso o artigo 798 do Código de Processo Penal, o que afasta a incidência do artigo 219 do Código de Processo Civil. Recurso extraordinário interposto fora do prazo legal. 2. Esta CORTE SUPREMA tem o entendimento no sentido de não admitir o recurso intempestivo quando não comprovado pelo causídico a impossibilidade de atuação ou, ainda, de substabelecer mandato. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.111.325 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-179 DIVULG 29-08-2018 PUBLIC 30-08-2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL. CONTAGEM CONTÍNUA DO PRAZO EM MATÉRIA PENAL. ARTIGO 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APELO EXTREMO INTEMPESTIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LXV E LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (ARE 1.124.766 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018)

A propósito, o Pleno do Supremo Tribunal Federal julgou, em 9.5.2019, a questão sobre o prazo do agravo regimental em matéria penal, pacificando o entendimento do quinquídio, *verbis*:

Por maioria de votos, os ministros resolveram questão de ordem em agravo regimental na Reclamação (RCL) 25.638 e em agravos apresentados em outros processos (RCL 23045, AREs 988.549, 992.066 e 999.675) que foram afetados ao Pleno pela Segunda Turma com o objetivo de uniformizar, na Corte, o entendimento sobre os prazos aplicáveis para apresentação de agravos (se de cinco ou 15 dias) e a forma de contagem (se em dias úteis ou corridos).

Foi decidido que, **nos agravos regimentais que contestem decisões monocráticas proferidas em reclamações e recursos de natureza criminal em trâmite perante o STF, se aplica o prazo de cinco dias previsto no artigo 39 da Lei 8.038/1990, e a contagem é feita em dias corridos, conforme o artigo 798 do Código de Processo Penal (CPP).**

Prevaleceu o entendimento de que o novo CPC (Lei 13.105/2015) não alterou a sistemática da contagem de prazos previstas no CPP e na Lei 8.038/1990, que continuam em vigor. Acompanharam esse entendimento, adotado pelo ministro Edson Fachin (relator da RCL 23.045), os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Celso de Mello.

(obtido do site do Supremo Tribunal Federal em 13.5.2019: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=410.697>)

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente